## BENNETT, Herman Lee. African Kings and Black Slaves -Sovereignty and Dispossession in the Early Modern Atlantic. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2019

## Athos Luiz dos Santos Vieira<sup>20</sup>

Recebido aos: 25/08/2019 | Publicado aos: 26/02/2020

Lançado em 2019, nos Estados Unidos, o livro African King and Black Slaves-Sovereignty and Dispossession in the Early Modern Atlantic<sup>21</sup>, da autoria do professor da Universidade da cidade de Nova Iorque (CUNY, sigla em inglês), Herman Bennett, destaca-se como obra extremamente valiosa para o debate historiográfico que questiona as narrativas e conceitos históricos estabelecidos. Exemplo disso é o do texto histórico sobre a relação entre África e Europa, em particular, marcado por lacunas e distorções que permanecem como resultado de múltiplos fat(c)tores, como a tradição da abordagem liberal.

No século XIX, Leopold von Ranke ajudou a estabelrecer conceito e uma compreensão da História enquanto ciência, a partir de uma neutralidade narrativa e de um metódico uso dos documentos e fontes históricas. Essa perspectiva, que ficou conhecida como a Ciência Histórica Moderna, sob a intenção de organizar um método, delimitava espaços epistemológicos claros e enquadrava toda a História a partir de um ponto de vista obviamente europeu, desprezando questões sobre os critérios para a legitimdade das fontes históricas ou como deveriam ser interpretadas.

Relativamente às fontes, foram consideradas legítimas as fontes oficiais e escritas e a forma de narrar os acontecimentos passou a ser sobre os fa(c)tos descritos nessas fontes. A neutralidade e o método assegurariam o afastamento total do envolvimento e da subjetividade do investigador/pesquisador e do historiador, o que se reflectaria nos seus textos. O rigor com os documentos garantiria a perspectiva da História pretendida e que somente a verdadeira história seria contada. A cientificidade da História moderna, da qual Ranke é máxima expressão teórica, tem como principal resultado não apenas a inferiorização/o rebaixamento de outros documentos que testemunham a experiência humana, como também a tentativa de aniquilar o sujeito investigador e a sua subjetividade no processo de escrita da História. Foram, portanto, impostas duas restrições: uma documental e outra epistemológica.

| 118 |

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Doutorando em Sociologia no IESP/UERJ.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Reis africanos e escravos negros — Soberania e desposessão no início do Atlântico moderno, em tradução livre.

No entanto, desde a primeira metade do século XX, diversos investigadores têm alargado o conceito/a concepção de fontes históricas, sendo a geração dos Annales, liderada por Marc Bloch e Lucien Fevbre, talvez o marco mais conhecido dessa mudança. O diálogo com outras áreas, como a Antropologia, também passou a dotar os investigadores e historiadores com outras ferramentas para terem acesso à informação e, assim, explicar o passado, mas a restrição epistemológica mantém-se e torn-se difícil ultrapassar os métodos estabelecidos e o modo como encarar a História. Por isso, mesmo a geração dos Annales pouco pôde oferecer para um avanço na áarea..

Na verdade, foi preciso que a crítica viesse de fora dos países centrais do Imperialismo, que fosse uma crítica pós-colonial que emergisse nos cenários acadêmicos na segunda metade do século XX, para questionar a forma como a História era contada. Na seqência do surgimento dessa crítica, emerge um debate onde se questiona não apenas a História escrita, mas a própria forma de escrever e de ter acesso a essa História, o que tem suscitado discussões acerca de conceitos e categorias estabelecidas a partir da epistemologia científica. É no espírito desse debate e dessa crítica que a obra African Kings and Black Slaves se encaixa. Segundo o autor, a narrativa da História que cobre os primórdios da relação entre europeus e africanos está viciada pelo olhar historiográfico moderno, o que dificulta a compreensão de permanências, rupturas e características desse momento histórico específico.

De acordo com Bennett, mesmo africanistas e pesquisadores pós-coloniais repetem as abordagens estabelecidas a partir da visão europeia moderna, visão que se fundamentou filosoficamente pelo enquadramento político da vida social conduzido pela ascensão do Iluminismo. Tem origem nessa tradição filosófica a forma, como hoje, tendemos a olhar esse passado, quase sempre fazendo uso de conceitos dicomóticos/duais como conquistador-conquistado, senhor-escravo, proprietário-expropriado, livre-cativo, cujos papeis estão previamente estabelecidos. O que a crítica pós-colonial epistemológica tenta evidenciar é que o desenvolvimento intelectual europeu capturou África, o homem africano e os seus sentidos, e a partir disso, alterou também os sentidos anteriores ao encontro.

Para tentar superar essa limitação, Bennett alinha-se às críticas de Cedric Robinson, para quem o racismo é mais do que uma convenção que regula a relação de europeus com não-europeus, mas que tem a sua gênese nas relações históricas entre europeus (ROBINSON, 2000). A emergência do capitalismo trouxe consigo as relações estabelecidas na sociedade europeia, a que Robinson denomina de "capitalismo racial", baseado numa/em uma complexa rede de relações entre identidades étnicas que pré-existiam dentro da Europa.

A concepção de nacionalismo nasceria, assim, pautada numa/em uma divergência racial interna à própria Europa, divergência esta que já acomodava o esclavagismo,

inclusivamente como um dos mais valorizados mercados no universo do Mediterrâneo. O que Robinson argumenta e Bennett pretende desenvolver é que o capitalismo, o esclavagismo e as relações que mais tarde foram identificadas e criticadas a partir da modernidade se referem-se, na realidade, a permanências e atualizações de antigos e profundos costumes que podem ser aproveitados a partir dessa parte da História pouco explorada, que é o período de encontro entre colonos ibéricos e soberanos da costa africana. Um período de difícil definição, situado entre a Idade Média e a Era Moderna.

Segundo o autor, esse período é determinante/ capital na formação do mundo que se erguerá a partir do comércio atlântico, onde residem diversas pistas para compreender sentidos que se estabelecerão, como o político, bastante anterior às formulações modernas:

Em seu núcleo, este livro se questiona qual o papel, se teve algum, do reconhecimento da existência de política na África na modelagem da expansão europeia moderna - à qual uma última questão foi acrescentada: como essa gramática política pode ser ilustrativa de passados que têm sido perdidos sob o peso subsequente de sucessivas imposições coloniais e nossa restrita imaginação política? (BENNETT, 2019:10)

O trabalho historiográfico, a partir daí, é uma arqueologia inspirada no método de Foucault, por meio do qual o autor procura desvendar símbolos, mitos, ritos e cultos que evidenciam os valores e representações de poder que se acomodaram durante o encontro. Tal processo exerceu importante influência no desenvolvimento de novas formações sociais que terão lugar na expansão do complexo Atlântico. African Kings and Black Slaves não apenas apresenta uma crítica à historiografia liberal fundada no século XIX e ao enquadramento cultural que tem Melville J Herkovits, como expoente no século XX, mas oferece também uma nova narrativa sobre esses primeiros encontros e uma nova forma de os situar no mapeamento e na compreensão do desenvolvimento político da Era Moderna.

O livro está organizado em seis capítulos, pelos quais Bennett conduz a sua abordagem através de diferentes aspectos desde a historiografia produzida sobre o período, bem como dos valores defendidos no momento do encontro e o reconhecimento destes por parte dos cronistas europeus. No primeiro capítulo, por exemplo, "Liberalismo", o autor apresenta a corrente historiográfica que se impôs a partir de um ponto de vista liberal e que estabeleceu os valores fundamentados na Inglaterra e França dos séculos XVIII e XIX. A partir de tais narrativas, o encontro entre africanos e europeus foi enquadrado num contexto/frame ideológico devido aos cânones aí estabelecidos. É o

momento de fundação das bases epistemológicas que se proje(c)tam para o futuro sobre o tema e continuam influenciando.

No segundo capítulo, "Mitologias", o autor começa a escavar a história encoberta pela cortina liberal, utilizando/ servindo-se de fontes primárias que narram a complexidade do encontro e dos grupos africanos que eram conta(c)tados. Por sua vez, no terceiro capítulo, "Lei", Bennett preocupa-se em descrever as bases conceptuais/ conceituais que organizavam os valores do mundo europeu. Neste capítulo, tomamos conta(c)to com a intricada relação entre o poder papal, a permanência de costumes e de práticas do direito romano. Foi com este arcabouço epistemológico que os homens europeus travaram conta(c)to e relações com os reinos africanos.

No quarto e quinto capítulos, "Autoridade" e "Histórias", são descritos os símbolos e valores que se contrapunham ao universo europeu e fundamentavam o mundo africano. Nestes capítulos É nestes capítulos que o autor defende o reconhecimento da soberania dos reis africanos por parte dos primeiros europeus que se aventuraram pela costa atlântica. A região não era um vazio de autoridade, nem de sentidos e foi preciso reconhecê-los para que as relações se estabelecessem. No último capítulo, "Comércio", Bennett descreve como as relações que se seguiram entre os dois mundos eram baseadas no interesse comercial, em primeiro lugar, de ambas as partes, e por ambas as partes exigia diplomacia e reconhecimento das estruturas de poder para que o fim comercial fosse alcançado.

Herman Bennett contribui, dessa forma, para a melhor compreensão de um período pouco estudado, enriquecendo um campo de pesquisa em expansão. Como salientou o autor em algumas oportunidades, mais do que um encerramento, esse livro refere-se a uma História que começa a ser escrita.

## Referências bibliográficas

DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento del outro: Hacia um mito de la modernidade. La Paz: Plural Editores, 1994.

ROBINSON, Cedric J. Black Marxism: the make of the Black radical tradition. Charlotte: The University of North Carolina Press, 2000.